

## **O Serviço Nacional de Informações (SNI) e a Polícia Militar de Pernambuco: O aparelhamento e centralização das forças de repressão.**

Dmitri Felix do Nascimento<sup>1</sup>

### **Introdução**

Durante o governo de Miguel Arraes em Pernambuco em 1963-64, havia uma tentativa que a Polícia Militar respondesse a linha de comando do Estado ao invés de servir de milícia privada para os donos de engenho e usineiros de cana-de-açúcar durante o período pré golpe militar de 1964.

Os contínuos conflitos pela posse da terra na luta dos posseiros, sem terras e trabalhadores rurais, confluíam para a organização das Ligas Camponesas, que mesmo com discordâncias entre o líder, deputado e advogado Francisco Julião e o Governo de Miguel Arraes, o apoiava nas eleições e pressionava o governo afim de se garantir o direito a terra e o fim da violência no campo por parte dos usineiros. Na maioria dos casos, os conflitos ocorriam na zona da mata, a violência gerada pelos latifundiários era associada a membros da Polícia Militar.

No momento do golpe militar em Pernambuco em 1964, parte da Polícia Militar que não aderiu ao chamado dos golpistas e ensaiou uma tentativa de resistência no Recife, no centro da cidade no quartel do Derby, não teve êxito e foi facilmente derrotada pelas forças do Exército. Após o golpe militar de 1964 uma forte repressão abatera nos segmentos que se alinhavam no campo popular, de esquerda e nacionalistas.

Além do processo de repressão direta contra os oponentes do regime, havia a necessidade de remodelar o aparelho de repressão, afim de torná-lo mais eficiente e centralizado em suas decisões. A resposta do regime foi a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), o serviço de espionagem brasileiro que tinha como objetivo coletar informações, assessorar o presidente-ditador e repassar para os vários segmentos da repressão informações eficazes contra os movimentos populares, sindicalistas, camponeses, partidários de esquerda, estudantes, cléricos e intelectuais.

---

1 Mestrado em História na Universidade Federal de Pernambuco.

Observamos que, logo após o golpe de 64 o aparato de repressão do SNI no estado não estava em seu ápice de organização, o SNI também não possuía estrutura, recursos e nem agentes suficientes para desenvolver a repressão, como seriam anos depois. Desta maneira, a velha estrutura pré-64 tomava os asfaltos e enrijecia o estado, principalmente a partir das ações conjuntas entre a polícia estadual, o judiciário, às Forças Armadas, o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), os setores das Seções de Segurança Nacional e suas Seções de Informações (SIs) dos Ministérios, forjando assim o aparato repressivo nos primeiros anos da ditadura.

A grande diferença é que nesta nova conjuntura a circulação de informações e a operacionalidade eram introduzidas numa outra lógica, a de um centro de comando político-militar, o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), e a de um centro estratégico de absorção das informações prioritárias que assessorava diretamente o Presidente da República militar, o SNI.

Nos casos de perseguição aos sindicalistas e partidários do PCB (Partido Comunista Brasileiro) em Recife, o processo policial gerado nas delegacias da Secretaria de Segurança Pública do Estado era apenas o começo de um longo processo que se articulava com a Seção de Informações (SI) do Ministério de Justiça e Negócios de Interiores, que repassava para outras Seções, como a SI do Ministério do Trabalho, e por fim, era enviada ao SNI, a cabeça do sistema. Desta forma, a Polícia e as Forças Armadas tornaram a base de atuação e construção do serviço secreto.

### **O fracasso da resistência e a 'caça às bruxas'**

O golpe de 64 em Pernambuco pode ser entendido como um dos mais violentos e repressivos que houve no país. Ações do exército, parte da polícia militar e grupos civis paramilitares foram a força imediata para a detenção, mortes e sequestros, no mais das vezes sem base judicial ou inquéritos de nenhuma natureza.

Como relata Fernando Coelho (2004) e Paulo Cavalcanti (1982), autores que vivenciaram os anos da ditadura civil-militar, colocam como o clima de medo e perseguição se abateu no Estado durante anos. Por ser o Estado com uma atuação ativa dos setores populares, do operariado urbano

ao campesinato, fora preciso uma ação coordenada e enérgica dos setores conservadores para desmantela os vários setores organizados da classe trabalhadora. Sem dúvida, a candidatura de Miguel Arraes para governo do estado colocava um ingrediente a mais para acirrar as contradições no quadro político daquele período.

O núcleo golpista por parte dos militares que pertenciam ao IV exército e a 7 região militar eram os coronéis e tenentes coronéis Antônio Bandeira, Hélio Ibiapina de Lima, Dutra de Castilho, Ivan Rui de Oliveira e o major Darcy Viloq Viana. O estado também serviria de uma das bases de atuação mais ativa do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), principalmente no financiamento da campanha contra Miguel Arraes. E sobretudo, a atuação da CIA a partir do consulado americano, com seus 16 vices-cônsules em Recife, e no total de agentes e soldados segundo o ex-embaixador Lincoln Gordon havia antes do golpe 40 mil destes.

Ao tratar da repressão no estado Fernando Coelho aponta quais foram seus principais instrumentos;

*Cumprindo as determinações dos comandos militares, mas permeável, também, às pressões locais, a repressão política em Pernambuco foi mais violenta e generalizada que no restante do país. Sua execução não coube apenas às Forças Armadas, à Polícia Militar e à Polícia Civil – como na maioria dos Estados. Ao lado delas, recebendo seu apoio mas agindo de forma independente, bandos civis armados por adversários de Miguel Arraes, alguns usineiros e senhores de engenho, ajudaram a espalhar o terror na zona da mata – onde as mudanças haviam sido mais profundas e a radicalização atingiria maior intensidade (COELHO, 2004: 189).*

A forma com que se agilizava o processo repressivo no estado possuía agora um outro centro de comando para tais ações, o IV exército, mesmo com uma aparente dispersão das formas de repressão, o IV exército se dirigia como um aparelho de segurança de maior envergadura de ação, submetendo todos os outros poderes estatais de segurança ao seu serviço de ordem de comando, a partir daí foi sendo executada a Operação Limpeza em Pernambuco;

*Enquanto o governo dava seus primeiros passos, as prisões se multiplicavam, passando de milhares. Cerca de três mil em Pernambuco e quarenta mil no país. Os quartéis, as penitenciárias do Estado, algumas cadeias públicas e as dependências da SSP não eram suficientes para amontoar o grande número de pessoas detidas. Sem*

*flagrante, sem culpa formada e sem ordem judicial. Trabalhadores, profissionais liberais, políticos em desgraça por não terem aderido à nova ordem, funcionários públicos, escritores, jornalistas, integrantes de todos os segmentos sociais, superlotavam celas improvisadas na falta de outros espaços (COELHO, 2004: 200).*

O discurso proferido pelos militares, sobre a potencialidade do perigo vermelho armado em Pernambuco, realmente não havia nenhuma base eficaz. Mesmo as forças “guerrilheiras” do governo Miguel Arraes chegava a um efetivo de 4.000 policiais militares, onde o efetivo do Exército chegava a 20.000 militares. No relato do major Hango Trench evidencia-se o quanto não havia de preparo militar para alguma investida da direita “*O povo não estava armado, não tinha preparação de luta nem a gente estava pensando fazer uma revolução armada. Estava-se pensando em fazer uma revolução social, uma modificação das estruturas básicas do País, das bases econômicas, do processo político*”(Jornal do Comércio, 1995).

A leitura que as obras de Fernando Coelho “*Direita, Volver - O golpe de 1964 em Pernambuco*”, e de Paulo Cavalvanti, “*O caso eu conto, como o caso foi*”, sobre os momentos do golpe e pós-golpe, corresponde ao estado de medo que foi instalado logo após a investida militar.

Os fortes traços da repressão realizava seu golpe mais duro com o objetivo de atingir o maior número de setores da sociedade organizada que poderia atingir para que não houvesse qualquer tentativa de resistência. Em ambos verificamos a escalada de terror acompanhada de prisões, cassações e mortes, que dariam o ritmo do regime nos anos seguintes.

## **O SNI e a Polícia.**

A atuação do SNI em nível nacional, foi realizada em várias esferas do poder, podendo-se dizer que se foi constituindo por fora do Estado até se instaurar por completo dentro do Estado totalitário brasileiro. A partir dos estudos de Dreyfuss e de outros autores, apontamos que “*O SNI foi uma inovação fundamental introduzida pela administração pós-64 (DREYFUSS, 1981: 421)*” e, que, “*O SNI se propôs a tornar-se um centro influente na formulação de diretrizes em todas as áreas da vida social, política e militar brasileira (p. 422)*”.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

Ao analisarmos como que esta atuação foi direcionada no Estado de Pernambuco entre os anos 1964-1967, no Governo Castelo Branco, procuramos ter acesso ao que neste momento é possível para os objetivos desta pesquisa. Ao fazermos essa procura sistemática a fim de esclarecer parte do processo do regime militar no estado, os dados da qual nos apresentam neste momento, e que escolhemos, se encontram na pasta chamada Divisão de Segurança de Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ).

Uma grande quantidade de informações nos primeiros anos da ditadura eram enviadas para o SNI com o objetivo de acompanhar os passos dos inimigos do regime, que se apresentavam como perigosos para a manutenção da nova ordem. Com o passar dos anos, estas informações eram compartilhadas de acordo com a necessidade das investigações que iriam se processando.

Nestes processos observamos casos diversos, envolvendo a perseguição e investigação contra lideranças populares, partidários, estudantes, operários, religiosos, e estrangeiros, acusados de inimigos do regime. Desta forma, encontramos uma relação com alguns fatos já conhecidos, porém, mais especificamente tratamos de investigar o modo de funcionalidade, o caráter e ações que o regime foi moldando a comunidade de informações em seus primeiros anos, condicionando os perseguidos políticos a uma cadeia de interesses de poder, levando a investigações que resultavam em sua maioria das vezes, a prisão, tortura, fuga do país, e a morte.

Assim como outras capitais do Brasil, Recife foi uma das primeiras a ser instalada uma Agência do SNI na cidade, porém sabemos que, por ser o Estado de Pernambuco um dos quais as mobilizações populares apresentavam um maior grau de radicalismo, os desafios também eram enormes para as funções que fora criada, desta forma a agência agiu conjuntamente, com as Forças Armadas e a Polícia Estadual, mas, sobretudo com o CENIMAR, agência que tinha mais experiência de investigação aos comunistas e outros agentes.

Constatamos que, entre as tarefas que o SNI deveria fazer, eram prioritários, o desmantelamento das Ligas Camponesas, do PCB, e dos sindicatos a ele vinculado, assim como o acompanhamento das atividades de alguns padres e sacerdotes da Igreja Católica, e a perseguição aos antigos apoiadores do governador Miguel Arraes. As estruturas da agência então deveriam coletar dados de suas perseguições e fazer relatórios que produzissem processos jurídicos (IPM) que fossem repassados aos outros órgãos de repressão, e ao Conselho de Segurança Nacional (CSN).

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

Nos documentos que tivemos acesso do Fundo DSI/MJ e O informante militar, analisamos alguns casos que nos dão uma sequência de como decorria os processos internamente nos órgãos de segurança, correlacionado com outras estruturas que davam suporte a repressão.

O *modus operandi* que observamos nos documentos consegue esclarecer algumas operações de investigações de caráter Secreto ou Confidencial Urgente (como eram classificados os documentos) que eram direcionados, na maioria dos casos que obtemos, de maneiras distintas, mas porém centralizadas.

A Agência Central do SNI criava seus tentáculos nos setores estatais a partir de três Seções; a Seção de Informações Estratégicas, Seção de Segurança Interna e Seção de Operações Especiais. Com a criação das Seções de Segurança Interna foi possível adentrar e controlar as atividades dos ministérios passou a compreender em parte, algumas dessas operações.

Observamos que as ações de investigações que eram realizadas em conjunto com os órgãos de repressão, eram encaminhadas as Seções de Seguranças Internas que em parceria com a Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, chegava ao SNI. Em outros documentos, identificamos investigações feitas pelo CENIMAR, encaminhadas para a Seção de Segurança do Ministério da Educação e reencaminhadas para o SNI, ou então, investigações perpetradas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco encaminhadas para o III exército, depois para a Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça, ou para outras Seções de Ministérios da Previdência ou dos Transportes por exemplo.

Sabemos que no período de 1964-1967 foi a fase experimental deste sistema, a dinâmica desta cadeia tinha como principal objetivo fazer acelerar as informações primordiais para assessorar o SNI, qualificando a repressão e sua ordem de comando.

O PCB (Partido Comunista Brasileiro) em Pernambuco, que chegou a ser um dos mais atuantes do país, mesmo na ilegalidade, possuindo uma significativa inserção em vários setores da sociedade, como sindicatos urbanos e rurais, estudantes, e setores do Governo Miguel Arraes. Ao iniciar a repressão mais rigorosa em 1964, o PCB entra numa crise política por vários motivos.

A Polícia Militar se empenhava em várias frentes para ajudar o Exército e o SNI na missão

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
PARANÁ

de dismantelar o PCB. E umas dessas frentes era repressão da organização sindical com influência dos comunistas. A região metropolitana do Recife com os municípios Jaboatão dos Guararapes e Paulista, possuía uma certa quantidade de fábricas e indústrias que possibilitavam a criação de sindicatos voltados para as lutas operárias e reivindicações da melhoria dos trabalhadores urbanos. Em Recife os setores dos servidores públicos, portuários e ferroviários eram os mais atuantes na luta econômica pela melhoria de salários.

Uma das principais organizações sindical que os comunistas tentavam dar unidade aos vários setores de trabalhadores era o Conselho Sindical de Trabalhadores (CONSINTRA). O CONSINTRA participava além das greves e das lutas econômicas em geral, também das lutas políticas do país e do estado, fato ocorrido foi sua posição pela defesa da legalidade e posse de João Goulart, em agosto 1961 o CONSINTRA decreta uma greve geral em apoio a Goulart e muitos dos seus líderes são presos.

No golpe de 64 em Pernambuco a polícia militar junto com o exército fecharam várias sedes sindicais vinculadas ao CONSINTRA, e estes por sua vez não conseguiram resistir, a resistência popular desaguou frente à espera de armas que não chegaram e de um comando que não houve (JACCOUD, 1990: 143). Mesmo sem êxito na tentativa de uma greve geral puxada conjuntamente com a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), algumas greves setoriais foram lançadas, como a do Porto do Recife e na Rede Ferroviária.

Além da ação direta, a Polícia Militar se empenhava em fichar os dirigentes sindicais, prendê-los e ampliar as investigações dando suporte ao SNI. Um exemplo disso é o processo contra as lideranças Cícero Targino Dantas, Cícero Gomes da Silva e João Messias da Silva, militantes do Partido Comunista, nos movimentos grevistas do Recife (PE), com o apoio do Conselho Sindical dos Trabalhadores (CONSINTRA).

Este documento que é elaborado com base nas investigações policiais é redigido pela Procuradoria Geral do Estado a 3ª Promotoria Promotoria Pública da Capital endereçado primeiramente ao Juiz da 3ª Vara Criminal da Capital. O conteúdo deste processo resumidamente evidencia que os crimes que estes militantes mencionados praticaram eram o crime de subversão que poderia ser comparado ao crime de aliciamento de menores. Com base na Lei de Segurança Nacional, os militantes são indiciados tanto pelo histórico, quanto pelas atividades no Porto do

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
PARANÁ

Recife na organização de greves e no recebimento de dinheiro pelo CONSINTRA.

Logo após o término do processo e o pedido de prisão, o documento é encaminhado a Seção de Segurança do Ministério da Justiça e posteriormente ao Chefe da Agência do Rio de Janeiro do SNI. Diante do processo fica-nos a indagação, será que todos os processos contra militantes no estado era encaminhado ao SNI do Rio de Janeiro, com que propósitos ?

A Secretaria de Segurança do Estado era controlada pessoalmente pelo temido Tenente Coronel Hélio Ibiapina do IV exército, formado pela Escolas das Américas no Panamá, Ibiapina era um dos quadros que o regime investiu na formação técnica e ideológica na disseminação da violência institucionalizada. Grande parte dos processos contra os militantes e interrogatórios era realizado sobre sua coordenação.

## **Considerações finais.**

A militarização da polícia no uso da repressão sistêmica estava sujeita as ações que as Forças Armadas submetiam o seu funcionamento, servindo de tal maneira ao comando do Exército que passara aquele momento como o principal mandante na ordem hierárquica. A Polícia Militar servia como um apêndice primário na entrelaçada rede de espionagem criada pela ditadura. No campo das informações e espionagem, a polícia, delegacias e as Seções de Informações estavam sujeitos a enviar as informações ao SNI, a Agência do Rio de Janeiro e da Agência Regional do Recife.

Os recentes decretos que possibilitaram a abertura parcial dos documentos da ditadura evidenciam o real papel que a polícia estadual de Pernambuco agia no campo da repressão. O que podemos observar nestes documentos reafirmam que o discurso ideológico anti-comunista era utilizado para os fins processuais contra militantes de diversos setores, e que o SNI buscava nesses processos a base da criação do seu banco de dados que serviria para seus agentes e para a comunidade de informações.

## **Referências**



# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

CARVALHO, Inaia Maria Moreira. *O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional*. Hucitec, SP, 1987.

CAVALCANTI, Paulo. *Nos tempos de Prestes (o caso eu conto, como o caso foi)*. 3<sup>o</sup>. v. Memórias políticas. Recife: Editora Guararapes, 1982.

COELHO, Fernando Vasconcelos. *Direita Volver: o golpe de 64 em Pernambuco*. Ed. Bagaço, Recife, 2004.

DREYFUSS, Rene A. *1964 : a conquista do Estado : ação política, poder e golpe de classe - 3.ed. / 1981*. Vozes, Petrópolis, 1981.

FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.24, 2004

Fundo DSI/MJ

.Fundo O Informante Militar

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula- 1927-2005*. Rio de Janeiro; Ed. Record, 2005.

JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco – 1955-1968*. Recife; Editora Massangana, 1990.

JORNAL DO COMÉRCIO. “O coronel que quis resistir ao golpe”. Recife, 24.12.1995.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Ed. Paz e Terra, RJ, 1988,